Ambiente Levantamento mostra crescimento de atividades danosas à floresta sem perspectiva de reversão

Atlas aponta aumento do dano à Amazônia

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Em 2020, foram registrados 4.472 lugares em toda a Amazônia, não só na brasileira, onde se pratica mineração ilegal, e 87% destas áreas estão em fase ativa de exploração. Em 2018, a taxa de desmatamento chegou ao ponto mais alto desde 2003 — sem contar ainda o desempenho de 2019 —, com 31.269 km² de floresta derrubados. Pelo menos 7% do território amazônico se encontra sob pressão muito alta e 26% enfrenta forte ameaça. Desmatamento, queimadas e garimpos ilegais aumentaram nos últimos oito anos e sinalizam uma tendência sem sinais de reversão.

O diagnóstico preocupante faz parte do "Atlas Amazônia sob Pressão 2020", lançado pelas instituições que compõem a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada, a Raisg. Trata-se de um consórcio de organizações da sociedade civil dos países amazônicos formado em 2007. Produz conhecimento sobre a região e com dados estatísticos e informações geospaciais, procura observar as ameaças sob toda a floresta amazônica e busca oportunidades para a conservação.

Um dos focos é observar as ameaças nos territórios indígenas e nas áreas protegidas. As vertentes de ameaças são estradas, hidrelétricas, exploração de petróleo e gás, mineração e áreas de garimpos ilegais. Os pesquisadores da Rais estudam ainda a dinâmica do desmatamento, as queimadas e a variação na densidade de carbono na floresta, explica Júlia Jacomini, geógrafa do Instituto SocioAmbiental (Isa). O Isa e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) são os institutos que participam da Raisg no Brasil.

"A Amazônia se deteriorou nos últimos oito anos, as condições socioambientais da região pioraram muito", diz Júlia Jacomini. Se em 2010, o desmatamento atingiu 17.674 km² em toda a Amazônia, a área perdida a cada ano triplicou entre 2015 e 2018. As áreas sob maior ameaça estão no Arco de Desmatamento, no Brasil, ou ao pés dos Andes. Áreas protegidas e territórios indígenas funcionam como escudo contra o desmatamento — a maior parte do desmate entre 2000 e 2018 (87,5%) aconteceu fora destas áreas.

Além do desmatamento, entre 2001 e 2019, 13% da chamada Pan Amazônia foi afetada pelo avanço do fogo que queimou 1,1 milhões de km². Isso equivale a uma área queimada como todo o território da Bolívia.

No caso do garimpo, de todas as zonas de mineração ilegal na Amazônia, 32% se encontram na Venezuela. A extração ilegal de minerais, especialmente ouro, alcança 17% das áreas protegidas da Amazônia e 10% das terras indígenas.

O Atlas mostra que o número de projetos de exploração de petróleo aumentou na região entre 2012 e 2019. As zonas com interesse minerário passaram de 52.974 em 2012 para 84.767 em 2020. Contudo, embora o número de projetos tenha aumentando no papel, ocorreu uma redução de 11% do território ocupado pela atividade em solo.

O Brasil puxa a tendência de degradação da região com as altas taxas de desmatamento dos últimos anos, diz Júlia Jacomini. No caso das queimadas, Brasil e Bolívia são os mais ameaçados. O Equador é o país amazônico onde existe maior exploração petrolífera. A expansão das estradas acontece principalmente na Colômbia e no Peru. Os projetos de hidrelétricas dentro do bioma cresceram 4% no período.

Proposta inclui fim do desmatamento e baixo carbono em 80% da agricultura

De São Paulo

A nova meta climática brasileira deve zerar o desmatamento em todos os biomas, ampliar práticas do Plano de Agricultura de Baixo Carbono para 80% da agricultura no país, eliminar entrada em circulação de novos veículos de transporte urbano de passageiros a diesel até 2030, reciclar em muito maior escala, restaurar em alta proporção a vegetação degradada e erradicar todos os lixões até 2024.

Estes são alguns esforços que fazem parte da proposta de meta climática lançada ontem por ambientalistas. O plano faria com que a trajetória de emissões de gases-estufa no Brasil fosse compatível com um aumento de temperatura global de 1,5°C neste século e evitasse os maiores danos causados pela mudança do clima.

A nova meta climática, a NDC (sigla para Contribuição Nacionalmente Determinada) brasileira para o Acordo de Paris, tem que ser submetida neste ano por todos os países signatários. Não pode haver recuo nos compromissos anteriores pelas regras, só avanços.

Espera-se que o governo confirme a meta indicativa que o país fez em 2015 para 2025 e 2030 e aumente a ambição, mas ainda não se sabe se isso vai acontecer.

A rede de organizações ambientais Observatório do Clima (OC) construiu a proposta de NDC ambiciosa e detalhada, assinada por 56 ONGs. Abrange toda a economia e não condiciona o esforço à ajuda financeira internacional, como é a NDC oficial, de 2015.

Na meta sugerida pelas ONGs, o Brasil deveria se comprometer com uma redução de emissões líquidas de 81% até 2030 em relação aos níveis de 2005. Isso significaria que o país chegaria em 2030 emitindo, no máximo, 400 milhões de toneladas de gases de efeito estufa medidas em gás carbônico equivalente (CO_2e). A emissão líquida atual do Brasil é de cerca de 1,6 bilhão de toneladas de CO_2e.

O grande esforço do país seria eliminar o desmatamento — "99% do desmatamento no país é ilegal", diz Tasso Azevedo, que participou da equipe que desenhou a proposta. A elaboração técnica foi de Carlos Rittl, pesquisador visitante do IASS em Potsdam, e de Mark Lutes, conselheiro-sênior de política global de clima do WWF. "Cada nova NDC precisa ser uma progressão comparada à anterior", diz Lutes.

"Fizemos uma NDC mostrando que é possível e que o Brasil não só pode cumprir uma agenda climática ambiciosa, como ter liderança", disse ao **Valor** Marcio Astrini, secretário-executivo do OC.

"O mundo inteiro terá que aumentar sua ambição de forma substantiva. O OC sugere estes esforços adicionais e está mostrando a conta", diz Rittl.

A meta climática oficial do Brasil fala em 37% de redução nas emissões líquidas em relação aos níveis de 2005 até o ano 2025 (ou 1,3 bilhão de toneladas líquidas de CO_2e) e a meta indicativa para a nova NDC brasileira é de 43% de redução até 2030 (algo próximo a 1,2 bilhão de toneladas).

A intenção é colocar o mundo em uma rota de conseguir limitar o aquecimento a 1,5°C. Hoje as metas propostas no Acordo de Paris colocam o mundo em rota de aquecimento de 3°C neste século.

Além de conter o desmatamento em todos os biomas, outro esforço importante será da agricultura, diz Tasso Azevedo, enumerando práticas que reduzem emissões de carbono do solo e permitem que passe a captar carbono.

Algumas das políticas públicas listadas na proposta falam que o país deveria, entre 2021 e 2030, restaurar 14 milhões de hectares em áreas de reserva legal; restaurar 27 mil hectares em áreas de manguezais; recuperar 23 milhões de hectares de pastagens degradadas e implantar 13 milhões de hectares de sistemas integrados de lavoura-pecuária-floresta, além de ter 80% das áreas de lavoura cultivadas sob sistema de plantio direto e aumentar em 2 milhões de hectares a área de florestas plantadas.

Em energia, a proposta é de atingir pelo menos 106 Gigawatts de capacidade instalada de energia elétrica de fontes solar, eólica e biomassa em 2030 e ampliar em pelo menos 20% a mistura de biodiesel no diesel de petróleo, além de eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis até 2030. A reciclagem tem que aumentar e ser de pelo menos 12,5% de todo o papel que vem de resíduos domiciliares, e os lixões, erradicados até 2024. *(DC)*

Marcio Astrini, do Observatório do Clima: "Brasil não só pode cumprir agenda climática ambiciosa, como ter liderança"

Atividade Econômica

Indicadores agregados

	nov/20	out/20	set/20	ago/20	jul/20	jun/20	mai/20	abr/20	mar/20	fev/20
Indústria*										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	1,1	2,8	3,4	8,6	-9,6	-8,7	-19,5	-9,4	0,9
Indústria de transformação	-	1,2	4,0	3,8	9,3	10,8	13,3	21,4	10,4	0,0
Bens de capital	-	7,0	8,3	5,5	15,6	13,8	31,5	41,7	-16,0	1,1
Bens intermediários	-	-0,2	1,3	2,2	10,4	5,0	5,6	15,1	-4,9	1,0
Bens de consumo	-	0,7	4,7	2,6	10,3	36,4	31,0	26,7	14,9	0,0
Faturamento real (CNI - %)	-	-	3,2	1,9	8,1	10,6	-1,9	-24,6	-1,7	0,9
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-	2,8	1,0	5,8	8,6	7,5	-21,9	-1,8	0,5
Estoques Estimados	-	-2,4	-4,7	1,7	6,1	5,8	-5,3	-4,1	-3,5	0,9
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)*	-	-	2,1	1,7	5,5	8,6	11,5	-17,2	-1,0	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)*	-	-	0,6	0,5	4,7	9,7	12,2	-14,6	-2,5	0,5
Consultas ao varejo/serviços (ACSP - %) *(3)* **	-20,2	-20,6	-16,5	-28,8	-19,7	-42,4	-25,4	-49,0	-25,6	1,5
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) *(3)* **	13,3	10,2	7,9	-11,3	-15,7	-48,5	-52,5	-56,5	-30,4	2,8
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	-	14,6	14,4	13,8	13,3	12,9	12,6	12,2	11,6
Indicador Coincidente de Desemprego - (FGV/IBRE) *(3)*	-	0,0	0,0	0,8	0,7	0,7	1,2	1,8	0,6	0,6
Emprego industrial (CNI - %)	-	-	0,5	1,3	0,8	0,0	-0,5	-1,9	-0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) *(3)*	-	2,9	7,1	8,7	9,4	14,0	1,0	-42,9	-9,4	-0,3
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	17531	13855	18,368	13890	19453	17512	17544	17600	18,348	15582
Importações	11299	12380	12,796	11131	11,506	10,849	13,195	13,612	14,525	13,250
Saldo	3732	1475	5,569	2,759	7,947	6,663	4,153	3,989	3,822	2,325

Fontes: IBGE, CNI, FGV, FIPE/USP, ACSP, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Na capital. SP (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses.

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %										Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	PETS (5)	CDB/DP		IPC	Salário-mínimo
mai/19	0,0000	0,5000	0,5715	0,5062	0,54	0,5242	0,1306	0,2466	0,06		2154	998,00
jun/19	0,0000	0,5000	0,5725	0,4575	0,47	0,5073	0,3174	0,2466	1,61		2154	998,00
jul/19	0,0000	0,5000	0,5715	0,5160	0,57	0,4989	0,3137	0,2466	0,82		2154	998,00
ago/19	0,0000	0,5000	0,5614	0,4306	0,50	0,4989	0,2798	0,2466	0,07		2154	998,00
set/19	0,0000	0,5000	0,5604	0,4060	0,46	0,4828	0,2558	0,2466	0,11		2154	998,00
out/19	0,0000	0,5000	0,5053	0,4189	0,48	0,4678	0,2585	0,2466	0,10		2154	998,00
nov/19	0,0000	0,5000	0,2870	0,3952	0,45	0,4527	0,2239	0,2466	0,10		2154	998,00
dez/19	0,0000	0,5000	0,2870	0,3395	0,37	0,4678	0,2092	0,2466	0,01		2154	998,00
jan/20	0,0000	0,5000	0,2588	0,3147	0,36	0,4284	0,1878	0,2466	0,32		2154	1039,00
fev/20	0,0000	0,5000	0,2588	0,2913	0,29	0,4007	0,1995	0,2466	-0,01		2154	1045,00
mar/20	0,0000	0,5000	0,2446	0,3337	0,34	0,4284	0,2035	0,2466	0,09		2154	1045,00
abr/20	0,0000	0,5000	0,2362	0,2484	0,28	0,4026	0,2798	0,2466	-0,38		2154	1045,00
mai/20	0,0000	0,5000	0,2362	0,2392	0,24	0,4162	0,2353	0,2466	0,16		2154	1045,00
jun/20	0,0000	0,5000	0,1731	0,2051	0,21	0,4026	0,2507	0,2466	1,32		2154	1045,00
jul/20	0,0000	0,5000	0,1505	0,1573	0,19	0,4106	0,2296	0,2466	0,94		2154	1045,00
ago/20	0,0000	0,5000	0,1502	0,1505	0,16	0,4136	0,2078	0,2466	0,61		2154	1045,00
set/20	0,0000	0,5000	0,1259	0,1485	0,16	0,4002	0,1789	0,2466	1,60		2154	1045,00
out/20	0,0000	0,5000	0,1259	0,1485	0,16	0,3899	0,1648	0,2466	1,13		2154	1045,00
nov/20	0,0000	0,5000	0,1259	0,1612	0,15	0,3715	0,1823	0,2466	0,88		2154	1045,00
dez/20	0,0000	0,5000	0,1259	0,1616	0,16	0,3809	0,2035	0,2466			2154	1045,00
2020	**0,00**	**6,17**	**2,11**	**2,63**	**2,76**	**4,95**	**2,49**	**3,00**	**6,84**	**0,00**		**4,71**
Em 12 meses *	**0,00**	**6,17**	**2,11**	**2,63**	**2,76**	**4,95**	**2,49**	**3,00**	**6,85**	**0,00**		**4,71**
2019	**0,00**	**6,27**	**4,26**	**5,49**	**5,96**	**6,29**	**3,69**	**3,00**	**4,41**	**0,00**		**4,61**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para dezembro projetado. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	2020 (1)	2019	2018	2017	2016	2015
PIB (R$ bilhões) *	7367	7107	7004	6,585	6,269	5996
PIB (US$ bilhões) **	1,525	1,839	1,916	2,063	1,800	1,796
Taxa de Variação Real (%)	-3,8	1,4	1,8	1,3	-3,3	-3,5
Agropecuária	1,6	0,6	1,3	14,7	-5,2	3,3
Indústria	-3,5	0,4	0,7	-0,5	-4,6	-5,8
Serviços	-3,5	1,7	2,1	0,8	-2,2	-2,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	-4,6	3,4	5,2	-7,6	-13,1	-13,9
Investimento (% do PIB)	15,5	15,3	15,1	14,6	15,5	17,8

Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Preços de mercado. ** Banco Central. (1) 3º trim de 2020, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuição em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.045,00	7,50
De 1.045,01 a 2.089,60	9,00
De 2.089,61 até 3.134,40	12,00
De 3.134,41 até 6.101,06	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data. *Competência nov./20. **Trabalhador empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Secretaria da Receita Federal
Elaboração: Valor Data
Obs. Dedução por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-agosto 2020	Janeiro-agosto 2019	Var. %	agosto 2020	agosto 2019	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**284,2**	**292,9**	**-2,96**	**30,2**	**32,7**	**-7,65**
Imposto de renda pessoa física	26,4	29,1	-2,89	4,0	3,1	29,45
Imposto de renda pessoa jurídica	112,7	118,0	-4,47	12,9	13,5	-3,96
Imposto de renda - retido na fonte	145,1	145,8	-0,46	13,3	16,2	-3,56
Imposto sobre produtos industrializados	13,3	19,1	-30,22	1,1	4,6	38,03
Imposto sobre operações financeiras	16,7	36,4	-54,90	0,9	3,5	-74,08
Imposto de importação	21,7	27,9	-22,05	3,5	3,8	-7,69
Cide-combustíveis	0,9	1,8	-49,63	0,2	0,2	-33,04
Contribuição para Finsocial (Cofins)	130,0	167,3	-22,27	24,5	21,0	16,49
CSLL	58,7	63,2	-7,16	5,6	7,0	-20,34
PIS/Pasep	38,0	45,2	-16,06	7,3	5,9	24,61
Outras receitas	37,0	37,5	-1,31	4,2	4,6	-14,03
Total	**906,5**	**1.015,2**	**-10,71**	**124,5**	**126,0**	**-1,19**
	set/20		**ago/20**		**set/19**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**46,9**	**4,63**	**44,8**	**10,23**	**42,7**	**0,80**
	out/20		**nov/20**		**out/19**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**41,5**	**24,28**	**33,4**	**-16,39**	**33,9**	**-4,20**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	nov/20	set/20	2020	2019	12 meses	nov/20	out/20	dez/19	nov/19
IBGE									
IPCA	-	0,86	2,22	4,31	3,92	-	5.438,62	5.300,25	5.297,76
INPC	-	0,89	2,95	4,48	4,77	-	5.610,72	5.449,84	5.354,25
IPCA-15	0,81	0,94	3,13	3,91	4,22	5.370,35	5.327,20	5.307,54	5.153,03
IPCA-E	-	-	1,76	3,91	2,65	-	-	5.307,54	5.153,03
FGV									
IGP-DI	2,64	3,68	22,16	7,70	24,28	9.175,4	8.939,8	7.511,2	7.381,26
Nível do IPC-DI	0,25	0,17	2,57	3,73	2,94	-	-	-	-
IPA-DI	3,31	4,86	30,83	9,63	35,89	1.081,96	1.047,03	837,01	808,10
IPA-Agro	6,39	4,51	53,90	1,51	60,51	1.756,04	1.612,94	1.115,73	1.069,85
IPA-Ind	1,99	2,99	22,65	7,13	24,65	884,63	847,31	704,95	691,64
IPC-DI	0,94	0,66	4,06	4,11	4,56	614,14	609,02	580,71	586,78
INCC-DI	1,28	1,79	8,05	4,15	8,28	894,16	882,78	736,84	725,23
IGP-M	1,28	1,23	23,97	7,30	24,52	9.175,09	8.961,52	7.511,2	7.411,6
IPA-M	4,26	4,15	30,46	9,08	34,56	1.107,72	1.058,67	846,04	822,70
IPC-M	0,72	0,77	3,56	3,79	4,42	600,42	596,13	579,81	574,99
INCC-M	1,29	1,69	7,71	4,13	7,86	835,31	824,64	775,49	738,42
IGP-10	3,52	3,20	21,76	6,39	23,82	9.141,34	9.012,68	7.527,9	7.346,2
IPA-10	4,59	4,06	30,20	7,93	33,04	1.170,78	1.120,69	866,74	841,76
IPC-10	0,56	0,98	3,40	3,68	4,18	601,25	597,97	581,46	577,11
INCC-10	1,51	1,51	7,30	4,31	7,96	829,97	818,77	765,14	754,69
FIPE									
IPC	1,08	1,39	4,79	4,40	5,78	551,59	545,96	526,36	521,46
DIEESE									
ICV	-	-	0,76	3,09	3,07	-	-	4.614,34	4.127,75

Obs.: IPCA-E no 3º trimestre = 0,98%, IGP-M 2ª prévia do nov/20 = 3,05% e IPC-FIPE 3ª quadrimensal nov/20 = 1,09%.
Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2020

			No prazo legal	
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	30/06/2020		-	Campo 7
2ª	31/07/2020		1,00%	
3ª	31/08/2020		1,99%	+
4ª	30/09/2020	Valor da declaração	3,00%	Campo 8
5ª	30/10/2020		4,01%	
6ª	30/11/2020		5,02%	+
7ª	30/12/2020		6,04%	Campo 9
8ª	29/01/2021			

Pagamento com atraso

Multa (campo 03) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%. Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à Taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de julho/20 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento. Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data.

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	set/20		set/20		set/19	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**4.435,6**	**61,22**	**4.452,4**	**61,45**	**3.961,8**	**55,30**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	25,3	0,35	24,1	0,33	31,1	0,43
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-1.055,6	-14,57	-1.026,6	-14,29	-526,1	-7,34
Dívida fiscal líquida	**5.465,9**	**75,44**	**5.455,0**	**75,24**	**4.454,9**	**62,96**
Dívida sob dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	5.602,4	77,33	5.599,6	77,62	4.700,6	65,57
Dívida externa líquida	-136,6	-1,88	-144,6	-2,38	-245,7	-3,43
Dívida sob as esferas de governo						
Governo Federal e Banco Central	3.850,6	46,98	3.803,3	47,58	3.000,3	41,77
Governos Estaduais	881,4	12,16	879,2	12,19	819,7	11,43
Governos Municipais	87,0	1,20	86,3	1,20	74,7	1,04
Empresas Estatais	646,9	8,88	646,1	8,88	560,2	7,81
Necessidades de financiamento do setor público	**out/20**		**set/20**		**out/19**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.011,0**	**13,95**	**991,0**	**13,74**	**456,2**	**6,35**
Governo Federal**	996,2	13,68	977,8	13,50	432,5	6,02
Banco Central	24,5	0,34	23,5	0,32	23,0	0,29
Governo regional	3,8	0,05	10,3	0,14	41,5	0,58
Total primário	**661,8**	**9,13**	**655,3**	**9,08**	**89,8**	**1,25**
Governo Federal	626,2	5,93	611,4	5,70	-102,6	-1,43
Banco Central	0,6	0,01	0,7	0,01	0,1	0,00
Governo regional	-38,1	-0,53	-32,7	-0,45	-12,1	-0,17

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de outubro*

Discriminação	Janeiro-outubro 2020	Janeiro-outubro 2019	Var. %	outubro 2020	outubro 2019	Var. %
1. Receita total	**1.184,2**	**1.331,7**	**-11,30**	**153,6**	**140,1**	**9,64**
Receita Adm. Pela RFB***	77,16	83,97	-10,01	9,6	11,7	-18,70
Arrec. adicional líquida para o INSS	32,5	34,4	-4,45	4,3	3,3	27,63
Receitas Não Adm. Pela RFB	136,2	159,0	-14,31	16,0	21,1	-24,18
2. Transferências a Estados e Municípios	**238,9**	**232,2**	**-4,17**	**20,5**	**18,9**	**8,49**
3. Receita líquida total (1-2)	**971,4**	**1.101,5**	**-11,61**	**133,1**	**121,2**	**9,81**
4. Despesa Total	**1.666,9**	**1.547,8**	**42,94**	**156,7**	**112,2**	**25,82**
Benefícios Previdenciários	569,6	529,5	7,59	53,1	50,5	5,28
Pessoal e Encargos Sociais	262,1	282,6	-7,29	24,6	24,7	-0,52
Outras Despesas Obrigatórias	648,8	571,8	27,57	41,9	14,0	198,52
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Freq. Financeira	186,3	203,9	-8,62	29,1	23,0	26,68
5. Resultado Primário do Gov. Central (3-4)	**-695,6**	**-446,3**	**-945,90**	**-3,6**	**9,0**	**-139,09**
Tesouro Nacional e Banco Central	**-436,5**	**121,7**	**-**	**4,6**	**24,2**	**-74,94**
Previdência Social (RGPS)	**-257,1**	**-188,1**	**36,70**	**-9,6**	**-15,2**	**-36,64**
Dívida líquida do Tesouro Nacional	**out/20**		**set/20**		**out/19**	
	Valor	**% do PIB***	**Valor**	**% do PIB***	**Valor**	**% do PIB***
Dívida líquida do Tesouro Nacional	**3.705,8**	**51,15**	**3.625,0**	**50,24**	**2.990,9**	**41,60**
Dívida líquida interna	3.849,2	47,69	3.780,1	46,84	3.206,8	39,81
Dívida líquida externa	250,6	3,46	244,9	3,39	254,1	3,54

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** PIB em valor corrente, acumulado em 12 meses *** Somando Incentivos Fiscais

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br